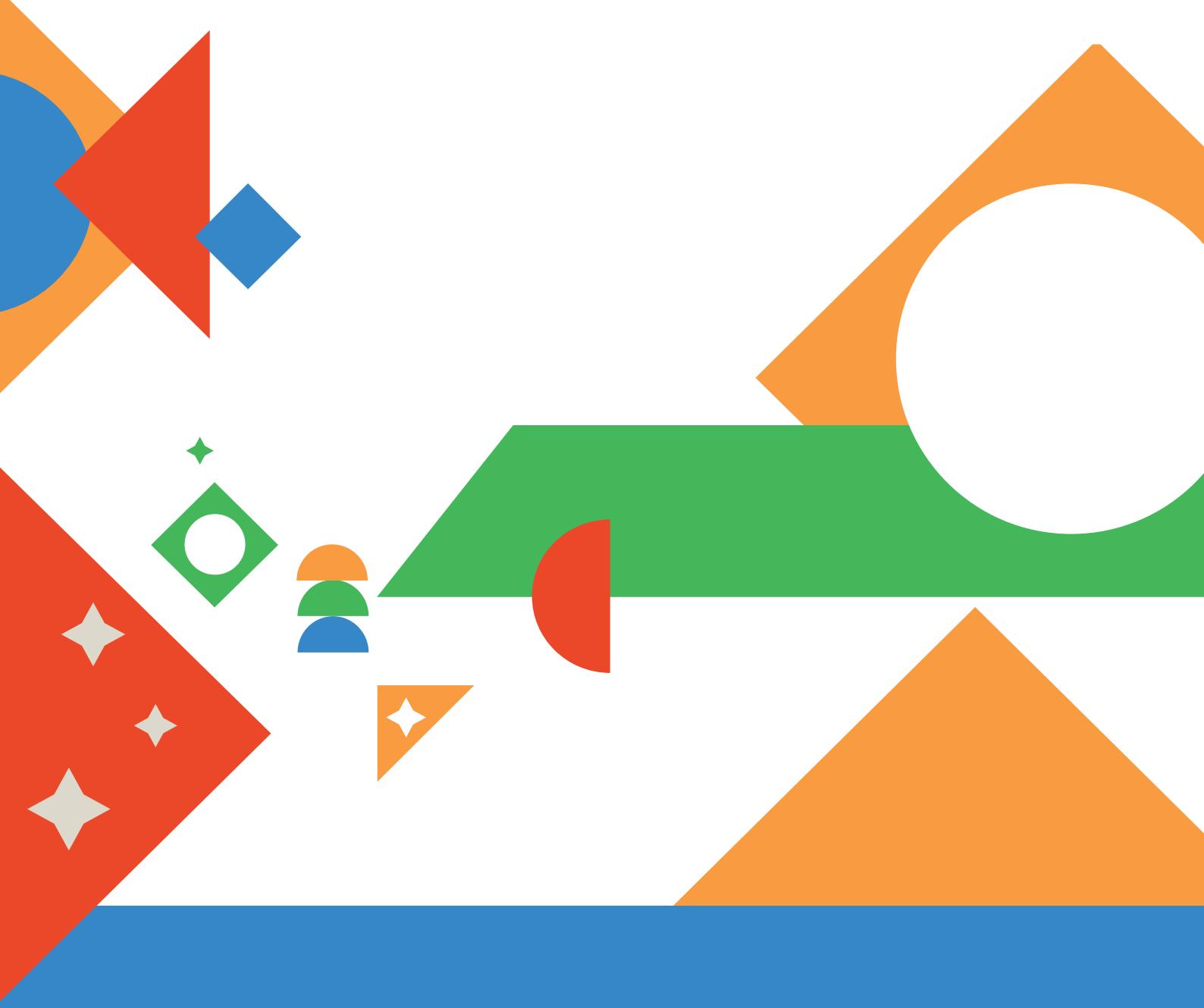


RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE DADOS ABERTOS

2024



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Esplanada dos Ministérios, Bloco A
70.054-906 – Brasília/DF

Macaé Evaristo
Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Unidade Responsável
Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)

Sérgio Nogueira Seabra
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

Débora de Moura Pires Vieira
Coordenadora-Geral de Integridade e Transparência

Tatiane Lopes Ribeiro de Alcantara
Coordenadora de Transparência e Acesso à Informação

Michael Jackson de Castro Matos
Rafaella do Nascimento Ferreira
Yann Steffani Fonseca Minari
Equipe Técnica

Márcia Maria da Cruz
Assessora Especial de Comunicação Social

Diagramação
Pedro Vieira

Revisão
Ângela Oliveira

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
ELABORAÇÃO DO PDA	5
EXECUÇÃO	7
RECOMENDAÇÃO	11
CONCLUSÃO	12



APRESENTAÇÃO

Os dados abertos são informações públicas que podem ser livremente acessadas, utilizadas e compartilhadas por qualquer pessoa. A Política de Dados Abertos, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, tem como objetivo promover a transparência governamental, incentivando a abertura de dados públicos. Seus principais objetivos são: aprimorar a transparência pública; fomentar o controle social; e facilitar a troca de informações entre os diferentes órgãos do governo.

Tal política tem sua implementação realizada por meio da execução do Plano de Dados Abertos (PDA), no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal, seja direta, autárquica ou fundacional. O inciso V, do art. 1º, do Decreto nº 8.777/2016, define o PDA como um:

documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

O Plano de Dados Abertos do MDHC, vigente de abril de 2024 a abril de 2026, estabeleceu a meta de disponibilizar 19 bases de dados relacionadas a direitos humanos, proporcionando à sociedade um acesso mais transparente e completo às informações sobre políticas e ações do Ministério nessa área.

A Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (AMAI) em cada órgão ou entidade federal, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527/2011, é responsável por assegurar a publicação e atualização do PDA.

Todas as instituições que se enquadram na Política de Dados Abertos possuem a prerrogativa de designar os responsáveis pela formulação de seus respectivos Planos de Dados Abertos (PDAs). No Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a Assessoria Especial de Controle Interno (AEI), por meio da Coordenação de Transparência e Acesso à Informação (CTAI/AEI), é a unidade encarregada pela elaboração e acompanhamento da execução do PDA do Ministério.

Dentre suas atribuições, a AMAI deve elaborar relatório periódico sobre o cumprimento do PDA, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos (art. 5º, § 4º Decreto nº 8.777/2016). Este relatório visa, então, apresentar o monitoramento do PDA do MDHC (2024-2026), com o intuito de prezar pelo seu efetivo cumprimento.

Sérgio Nogueira Seabra
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno



ELABORAÇÃO DO PDA

O Plano de Dados Abertos (PDA) do antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, publicado em 2020, venceu no mês de julho de 2022 e foi responsável pela publicação de 4 (quatro) bases no Portal Brasileiro de Dados Abertos, são elas:

- 1) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH):** Dados das denúncias de violação de direitos humanos e violência contra a mulher recebidas pelo Disque 100, Ligue 180 e aplicativo Direitos Humanos Brasil a partir de 2020 registradas junto à central de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos;
- 2) Disque Direitos Humanos – Disque 100:** Balanço da Central Disque Direitos Humanos, referente ao período de 2011 a 2019;
- 3) Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180:** Balanço da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, referente ao exercício de 2019; e
- 4) Relatório ID Jovem:** Apresenta as quantidades de jovens inscritos no ID Jovem.

A reestruturação do Governo Federal, concretizada em 24 de janeiro de 2023, resultou em uma nova organização ministerial com 37 pastas. Essa mudança demandou um processo de adaptação que envolveu a reorganização física dos espaços de trabalho e a formalização dos novos órgãos. No âmbito da política de dados abertos, a reestruturação exigiu mudanças nas bases e no novo Plano de Dados Abertos (PDA), com a redefinição de responsabilidades.

A Secretaria Nacional da Juventude, que fazia parte da estrutura do antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, passou a fazer parte da estrutura da Presidência da República, conforme Decreto nº 11.363/2023. A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 passou a fazer parte da estrutura do Ministério das Mulheres, conforme o Decreto nº 11.351/2023.

Desta forma, a partir das publicações dos decretos mencionados, as informações referentes as bases de dados da Secretaria Nacional da Juventude e da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, deixaram de ser competência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Com a criação do novo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania houve a necessidade de elaboração de um novo PDA. Neste contexto, a Coordenação de Transparência e Acesso à Informação da Assessoria Especial de Controle Interno passou a ser a subunidade encarregada de coordenar os trabalhos de elaboração e publicação do PDA.

O novo PDA do MDHC teve sua elaboração iniciada a partir de meados do segundo semestre de 2023 com a colaboração direta de servidores representantes das unidades técnicas, detentoras das bases de dados, as quais estão sendo disponibilizadas à sociedade.

Foram realizadas reuniões internas para a elaboração do inventário de bases passíveis de publicação, bem como reuniões de capacitação e alinhamento com a Controladoria-Geral da União.

Com o objetivo de conhecer a opinião da sociedade sobre as prioridades para a abertura de dados, realizou-se uma consulta pública na plataforma Participa+ Brasil, entre 17 de novembro e 4 de dezembro de 2023. A consulta contou com a participação de 46 cidadãos, que registraram 127 votos, contribuindo para a definição das bases de dados prioritárias para publicação.



Logo após o resultado da consulta, foi realizado uma oficina para a elaboração da matriz de prioridades com os interlocutores das áreas técnicas visando atender melhor à demanda da sociedade por dados, otimizar o esforço de abertura de bases e cumprir todos os requisitos relacionados na Resolução nº 3/2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que foi colocada para reavaliação e validação dos gestores das áreas.

Após a aprovação das bases pelas áreas técnicas, em 05/04/2024, o PDA passou pela aprovação do Comitê de Governança Digital do MDHC, conforme determina o Art. 3º, III, §1º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que instituiu a Estratégia de Governo Digital para 2020/2022.

Após cumprir todas as etapas de elaboração, conforme o manual de dados abertos, o PDA foi publicado em 12/04/2024 no portal de Dados Abertos e no site do MDHC.



EXECUÇÃO

Com a publicação do Plano de Dados Abertos em 12 de abril de 2024, o Ministério reforçou seu compromisso de promover a inovação e o desenvolvimento social por meio da disponibilização de 19 bases de dados governamentais.

Conforme previsto no Plano de Dados Abertos, o MDHC concluiu com êxito a primeira etapa de publicação de dados, disponibilizando 17 das 19 bases de dados conforme planejamento para 2024. Foram elas:

- 1) Chamados de Tecnologia da Informação do MDHC, MIR e MMulheres - Sistema OTRS:** base de dados que contém todos os chamados de tecnologia da informação do MDHC, MIR e MMulheres. Extraídos do Sistema OTRS. Publicada em abril de 2024;
- 2) Repositório de produtos de consultoria referente a projetos de cooperação técnica internacional:** informações a respeito de consultorias contratadas no âmbito dos projetos de cooperação internacional de Execução Nacional. Publicada em abril de 2024;
- 3) Locais das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo:** mapeamento das localidades onde há Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Escravo. Publicada em maio de 2024;
- 4) Quantidade e localização dos CIAMP-Rua municipais e estaduais:** trata-se de dados georreferenciados sobre a disposição dos Comitês no território. Publicada em maio de 2024;
- 5) Anistiados Políticos:** relação de nomes dos declarados anistiados políticos, em ordem alfabética, contendo: Número do Requerimento de Anistia; Número do protocolo do Sistema Eletrônico de Informações – SEI; Data da autuação do pedido; Nome completo do requerente; Grupo processual; Data da publicação do ato; e Número do ato de decisão do deferimento. Publicada em maio de 2024;
- 6) Publicações das licitações, inexigibilidades, dispensas e contratos:** editais e anexos, avisos de dispensas, publicações dos resultados, empenhos, contratos, termos aditivos e de apostilamentos. Publicada em maio de 2024;
- 7) Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH):** relatório de síntese de dados do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Publicada em junho de 2024;
- 8) Parcerias da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** parcerias realizadas por todas as áreas da secretaria e respectivos orçamentos/investimentos. Publicada em junho de 2024;
- 9) Levantamento Anual SINASE:** levantamento Anual de dados dos perfis da comunidade socioeducativa, incluindo profissionais e adolescentes; são divulgados dados agregados sobre raça, idade, identidade de gênero, orientação sexual, renda e escolaridade. Outros dados também podem ser coletados, sempre de maneira agregada não sendo possível a identificação individual de qualquer sujeito. Publicada em junho de 2024;
- 10) Programa Cidadania Marajó:** informações sobre a implementação do programa, contemplando as parcerias celebradas, ações itinerantes periódicas da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizadas, relatório das comitivas do MDHC enviadas para o território e equipagem de Conselhos Tutelares. Publicada em agosto de 2024;



11) Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar – SIPIACT: registros de dados sobre violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, as respectivas medidas protetivas e os documentos expedidos aos órgãos do sistema de garantia de direitos, que são fontes de dados e informações para a gestão da política pública. Publicada em agosto de 2024;

12) Emendas Parlamentares: informações sobre os autores das emendas, números das emendas, unidades responsáveis por analisar as propostas e as propostas cadastradas no Transferegov, bem como o valor de cada uma. Publicada em setembro de 2024;

13) Convenções e Tratados Internacionais de Direitos Humanos: divulgação das Convenções e Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é parte no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Publicada em setembro de 2024;

14) Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos: divulgação das sentenças prolatadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Estado brasileiro. Publicada em setembro de 2024;

15 - Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA: divulgação dos relatórios publicizados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Estado brasileiro. Publicada em setembro de 2024;

16 - Relatórios nacionais apresentados e recomendações internacionais recebidas de órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos: divulgação dos relatórios nacionais apresentados pelo Brasil, bem como das recomendações para o Estado brasileiro emitidas pelos órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Publicada em setembro de 2024; e

17 - Cadastro de Conselhos de Promoção e Direitos da Pessoa com Deficiência: endereço e contato dos conselhos municipais e estaduais de direitos das pessoas com deficiência. Publicada em outubro de 2024.

O processo de abertura de dados do MDHC segue avançando de forma consistente. Para o ano de 2025, estão programadas a publicação de duas novas bases de dados:

- **Solicitantes de pensão vitalícia por internação compulsória:** pensão vitalícia prevista pela Lei nº 11.520/2007 e atualizada pela Lei 14.736/2023 (hanseníase); e
- **Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas - SIPA-SINASE:** Sistema Nacional de Informação em rede para registro e tratamento de dados referentes a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

O painel a seguir demonstra a situação da publicação de dados abertos pelo MDHC em 2024. Conforme a figura a seguir, o Ministério cumpriu o cronograma estabelecido no Plano de Dados Abertos, disponibilizando 17 das 19 bases de dados previstas:



Figura 14 – Itens do Sistema de Transparência Ativa (STA) - dezembro de 2024



Fonte: Painel de dados abertos.

Dados da Figura 14.

- Bases de dados previstas para abertura: 22
- Bases em aberto: 0.
- Bases a serem abertas: 2
- Bases abertas: 20

Em 2024, houve por parte da CTAI/AECI um diálogo constante com as áreas técnicas para acompanhar o progresso da atualização e da publicação das bases de dados, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Dados Abertos.

Com o objetivo de promover a divulgação das novas bases de dados, a Ascom/MDHC utilizou ferramentas de comunicação, como o site institucional e a intranet, para informar o público interno e externo sobre a disponibilidade das informações e estimular o seu uso. Abaixo estão alguns prints das manchetes das divulgações sobre o tema:



TI disponibiliza base de dados de chamados para transparência pública

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) disponibilizou no Portal de Dados Abertos do Governo Federal, os "Chamado...

Renata Leite Chaves 25 de abril de 2024
88 exibições



Dados abertos: confira informações sobre consultorias de projetos de cooperação internacional no portal

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) disponibilizou no portal de Dados Abertos do Governo Federal informações...

Renata Leite Chaves 9 de maio de 2024
34 exibições



Portal da transparência: Direitos Humanos disponibiliza dados sobre licitações, dispensas e contratos

Já está disponível, no portal da transparência do Governo Federal, desde esta segunda-feira (20), a base de dados "Publicações das...

Renata Leite Chaves 22 de maio de 2024
51 exibições



Direitos Humanos disponibiliza informações sobre anistiados políticos no Portal de Dados Abertos

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) disponibilizou a base de dados "Anistiados Políticos" no Portal de Dados...

Renata Leite Chaves 29 de maio de 2024
26 exibições

**Transparência reúne dados sobre comitês de participação e controle social pelos direitos da população de rua**

Já está disponível, no Portal da Transparência, a base de dados "Quantidade e localização dos Ciamp-Rua municipais e estaduais". Esta...

Bianca Rocha do Nascimento 10 de junho de 2024
44 exibições

**Dados abertos divulga locais das Comissões Estaduais e Municipais para Erradicação do Trabalho Escravo**

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania disponibilizou, no Painel de Dados Abertos, um mapeamento informando os locais...

Bianca Rocha do Nascimento 13 de junho de 2024
44 exibições

**Base de dados do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos é incluída no Portal Dados Abertos**

Já está disponível no Portal Dados Abertos a base de dados do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). A...

Renata Leite Chaves 1 de julho de 2024
45 exibições

**Dados Abertos publica base de parcerias da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) publicou mais uma base de dados no portal de Dados Abertos do Governo...

Nádia Lais Garajo Macedo 11 de julho de 2024
34 exibições

**Levantamento do Sinase sobre adolescentes em medidas socioeducativas está no Portal de Dados Abertos**

As informações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) sobre adolescentes em restrição e privação de liberdade e...

Renata Leite Chaves 16 de julho de 2024
20 exibições

**Informações sobre o primeiro ano do Programa Cidadania Marajó são incluídas nos Dados Abertos**

As informações relativas ao primeiro ano do "Programa Cidadania Marajó" foram divulgadas no Portal de Dados Abertos. Instituído pela...

Bianca Rocha do Nascimento 10 de setembro de 2024
84 exibições

**Ministério disponibiliza base de dados sobre emendas parlamentares**

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) disponibilizou a base de dados "Emendas Parlamentares MDHC". A iniciativa...

Ramila Moura Mendes Vieira 17 de outubro de 2024
198 exibições

**Registros sobre o Módulo Conselho Tutelar do SIPA estão no Portal de Dados Abertos**

As informações sobre registros do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar (SIPA-CT) foram...

Bianca Rocha do Nascimento 10 de setembro de 2024
31 exibições

**Ministério disponibiliza quatro bases de dados nas temáticas internacionais de Direitos Humanos**

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) publicou mais quatro bases de dados para o Plano de Dados Abertos do...

Nádia Lais Garajo Macedo 12 de novembro de 2024
186 exibições

**Cadastro de Conselhos de Promoção e Direitos da Pessoa com Deficiência já está no Portal de Dados Abertos**

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) publicou o cadastro de Conselhos de Promoção e Direitos da Pessoa com...

Fernanda Tiemi Tubamoto 5 de novembro de 2024
50 exibições



RECOMENDAÇÃO

Em atendimento à Resolução CGINDA nº 3/17, art. 14, Inciso IV, propõem-se as Unidades Técnicas do MDHC as seguintes medidas para aprimorar a implementação da Política de Dados Abertos:

- a) Atualização do Grupo de Trabalho:** promover a atualização regular dos membros do Grupo de Trabalho responsável pela gestão dos dados abertos, garantindo a participação de representantes das áreas técnicas e a troca de conhecimentos para a sustentação e melhoria contínua das bases de dados.
- b) Revisão e Adequação do Inventário de Dados:** realizar a revisão do inventário das bases de dados, para melhoria das bases e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- c) Alinhamento com as Demandas da Sociedade:** realizar um levantamento das solicitações de informações recebidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), a fim de identificar as principais demandas da sociedade e incluir novos conjuntos de dados no Plano de Dados Abertos (PDA) que atendam a essas necessidades.
- d) Atualização Contínua do PDA:** os responsáveis técnicos pela gestão dos dados devem garantir a atualização regular das informações e a inclusão de novos recursos.

A Assessoria Especial de Controle Interno está comprometida em continuar realizando o monitoramento contínuo do PDA com acompanhamento das metas estabelecidas e das atividades previstas, bem como em garantir o cumprimento dos prazos para publicação das bases de dados e evitando atrasos que possam comprometer a credibilidade da iniciativa.



CONCLUSÃO

A revisão e adequação das bases de dados previstas no Plano de Dados Abertos do MDHC demonstram o compromisso do Ministério com a transparência e a efetiva implementação da Política de Dados Abertos. A colaboração entre os órgãos governamentais, como a CGU, e as ações coordenadas com as áreas finalísticas são fundamentais para garantir a qualidade e a integridade das informações disponibilizadas ao público.

O presente relatório demonstrou o significativo avanço do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) na implementação de sua política de dados abertos. A publicação das bases de dados relacionadas a direitos humanos representa um marco importante para a transparência e o acesso à informação no órgão.

No entanto, é fundamental reconhecer que o processo de abertura de dados é contínuo e exige aprimoramentos constantes. As recomendações apresentadas neste relatório visam justamente superar os desafios existentes e potencializar os resultados alcançados até o momento. A atualização do inventário de dados, o alinhamento com as demandas da sociedade e a garantia da qualidade das informações são medidas essenciais para garantir a eficácia da política de dados abertos do MDHC.

O sucesso da política de dados abertos do MDHC depende da colaboração de todos os envolvidos, desde os gestores até os servidores e a sociedade civil. É fundamental que a abertura de dados seja vista como uma oportunidade para fortalecer a democracia, promover a participação cidadã e construir um futuro mais justo e equitativo para todos.

Em suma, o MDHC tem demonstrado um compromisso com a transparência e a abertura de dados. No entanto, é preciso continuar trabalhando para consolidar essa política e garantir que os dados disponíveis sejam cada vez mais relevantes, acessíveis e úteis para a sociedade.

